

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PAULO RODRIGO SILVA DE CAMPOS

Trabalho preparado para apresentação no X Seminário Discente da Pós-Graduação em
Ciência Política da USP, de 09 a 13 de novembro de 2020.

**O FEUDALISMO NO BRASIL: O PCB E O PENSAMENTO DE OCTAVIO
BRANDÃO (1924-1928)**

SÃO PAULO

2020

Resumo: Octavio Brandão é responsável pela primeira classificação marxista do Brasil enquanto um país feudal. Em geral, se compreende esta análise a partir da influência da Internacional Comunista (IC) sobre o nascente Partido Comunista do Brasil (PCB) e o pensador alagoano. Neste trabalho, busco matizar esta compreensão a partir de uma análise das matrizes nacionais que instruem o pensamento de Octavio Brandão, para compreender como e porque os comunistas em geral – e este em específico - descreviam o país desta forma na década de 1920.

Palavras-chave: Octavio Brandão, PCB, feudalismo, Internacional Comunista.

1. Introdução: Feudalismo: um tópico, mas não um tema

Não há no Brasil contemporâneo um debate a respeito do caráter feudal de nossa formação social. Foi apenas com o início do estudo mais sistemático do marxismo, da política brasileira e, em específico, do pensamento político marxista brasileiro, que tive meu primeiro contato com a ideia de que a formação social brasileira teria caráter feudal. A ideia me pareceu estranha em um primeiro momento. O estranhamento cresceu quando descobri que este não era um debate restrito a terras brasileiras. Pelo contrário, ele havia ocorrido em toda a América Latina, mas não só: também na China e na Índia, no Egito e em Moçambique. Ao redor do mundo todo, autores – nem sempre marxistas - analisavam sociedades não-capitalistas sob o signo do feudalismo.

Para minha surpresa, não consegui encontrar nenhuma obra que sistematizasse o debate brasileiro. Na ausência desta obra, e buscando compreender melhor a dinâmica do pensamento marxista brasileiro no século XX, passei a procurar obras que abordassem este período, além daquelas que compuseram o debate. Entre os debatedores, Caio Prado Jr. - pioneiro crítico da hipótese feudal -, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Leôncio Basbaum – apontados como os principais defensores da feudalidade brasileira dentro do PCB. Entre os comentadores, Leandro Konder, Gildo Marçal Brandão, Paulo Sérgio Pinheiro, Luis Bernardo Pericás, Bernardo Ricupero. Estes forneceram leituras interessantes, no qual o debate a respeito do feudalismo cumpre um papel maior ou menor, mas nunca figurando mais do que como um tópico. Percebi que seria necessário transformar o feudalismo em um tópico antes que pudesse refletir sobre seu papel no pensamento político brasileiro.

Agora que a questão aparenta estar encerrada, ou seja, agora que já não há mais defensores nem críticos, o momento me parece propício para que reflitamos sobre o debate em si, para que possamos compreender como ele começou, se desenvolveu e se encerrou; quais foram seus principais autores, quais questões os opunham, quais foram as fontes utilizadas por cada um deles para chegarem em suas conclusões; quais as implicações políticas de suas teses; e, por fim, pensar o que está vivo e o que está morto nesta questão atualmente. Responder estas perguntas, que de forma alguma esgotam o tema, não me parece tarefa para uma pessoa só, ainda mais se esta pessoa for um pesquisador iniciante, dando seus primeiros passos em um novo campo do conhecimento. A prudência, reforçada pelos conselhos valorosos de colegas, levou a redução dos objetivos de minha pesquisa.

Assim, o objetivo se limitou a apresentar uma análise das discussões que iniciaram este debate na esquerda marxista brasileira, nas décadas de 20 e 30. Acredito que seja um passo inicial, adequado para a confecção de uma dissertação de mestrado, e também capaz de embasar reflexões posteriores, e certamente mais profundas, a respeito do tema.

Neste texto formulado para o debate no X Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, procuro apresentar alguns resultados referentes a este objetivo. As ideias foram debatidas previamente no projeto de pesquisa que iniciou esse processo, e depois no texto produzido para a qualificação, do qual este é tributário.

2. A esquerda brasileira no século XX e a questão feudal

Após a derrota no golpe civil-militar de 1964, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) entrou em crise. Desde sua fundação, o Partido havia sido um aglutinador, ao redor do qual se organizaram diversos intelectuais e militantes, responsáveis por desenvolver a teoria marxista no Brasil. Com a crise da prática, veio também uma crise teórica. As proposições do Partido foram agrupadas dentro da ideia de revolução democrático-burguesa, e duramente criticadas pelas novas vertentes marxistas que surgiram, entre elas a teoria da dependência e o marxismo produzido nas instituições acadêmicas, principalmente na Universidade de São Paulo.

Dois pontos podem ser indicados como os principais alvos da crítica: a conceituação da estrutura social brasileira como feudal, ou semifeudal; e a proposta de uma aliança revolucionária com a burguesia nacional. São alicerces da teoria revolucionária pecebista, que, em linhas gerais, preconizava uma revolução democrático-burguesa, aos moldes das revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII, que igualasse o Brasil aos países desenvolvidos. Apenas depois que este primeiro objetivo fosse atingido seria possível organizar uma revolução socialista no Brasil.

Ao se perguntarem sobre as origens desta concepção, pesquisadores como Guido Mantega remontam à III Internacional (MANTEGA, 2007), órgão fundado pelos revolucionários bolcheviques para organizar a revolução mundial, vista como uma continuação lógica da Revolução Russa de Outubro de 1917. Seu II Congresso, realizado em 1920, congregou comunistas de todo o mundo para debater os rumos da tomada mundial de poder do proletariado. Ao mesmo tempo, diversos grupos de esquerda tornaram-se partidos comunistas, buscando se organizar a partir da imagem do partido bolchevique.

No Brasil, a fundação ocorreu em 1922, a partir de um grupo de militantes anarquistas que se converteram ao bolchevismo, em meio a um período de refluxo do movimento operário. Em seus primeiros anos, os comunistas lutaram tanto contra a repressão do regime oligárquico, quanto para conquistar o reduzido – mas crescente – proletariado dos centros urbanos. Ao mesmo tempo, buscaram uma compreensão da realidade brasileira, a luz do marxismo. Ambas eram tarefas heroicas para o reduzido número de militantes do Partido. A repressão policial era tamanha que em seu primeiro ano de fundação o Partido já havia sido condenado a ilegalidade. Na esfera intelectual a tarefa não era mais fácil. Quase não havia tradição teórica marxista no país, tampouco sistema universitário.

Militantes e intelectuais como Astrojildo Pereira, Octavio Brandão e Rodolfo Coutinho tem papel de destaque no cumprimento deste duplo desafio na década de 20. Brandão é responsável pela primeira tentativa mais robusta de interpretação da realidade brasileira a luz do marxismo, publicada em 1926 em seu livro *Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil* (BRANDÃO, 2006). Nele o autor buscava compreender as implicações das revoltas tenentistas para o projeto revolucionário comunista brasileiro. O Brasil é classificado por Brandão como um país feudal e agrário, dominado pelo latifúndio e por seus proprietários internamente, e externamente dominado pelo imperialismo anglo-americano.

Ao mesmo tempo em que se organizavam internamente, os comunistas brasileiros buscavam o reconhecimento da Internacional Comunista (IC), uma forma de se ligar a luta mundial entre o proletariado revolucionário e a burguesia. Após a consolidação da Seção Sul-Americana da Internacional Comunista, e a realização do VI Congresso, em 1928, o Comitern passa a buscar uma maior influência sobre os partidos latino-americanos. Neste Congresso, o primeiro em que se debate a América Latina, entende-se que as condições de desenvolvimento econômico e político do continente se assemelham às da Ásia, e, portanto, que as mesmas táticas deveriam ser aplicadas.

Este é o período do obreirismo e do auge das lutas internas do partido bolchevique - cujo resultado levou a consolidação da fração organizada por Stalin contra as oposições organizadas por Trotsky, Zinoviev e Bukharin - e da sistematização do marxismo-leninismo em uma teoria que se propunha científica, válida para explicar qualquer situação, em qualquer lugar do globo. Com a consolidação da estrutura do Comintern, a influência deste sobre o Partido - considerada legítima pelos militantes - se faz sentir no seu dia a dia. O grupo organizado ao redor de Lívio Xavier é expulso do Partido, acusado de alinhamento com os trotskistas. Posteriormente, a

teoria da revolução defendida pela direção original do Partido Comunista seria tachada de “menchevista” e “antileninista”, e seus defensores são retirados de seus postos de comando. Entre esses, Octavio Brandão e, posteriormente, Astrojildo Pereira (DEL ROIO, 2004, p. 131).

Após 1943, quando a III Internacional se dissolve no contexto de aliança entre a URSS e as potências capitalistas, frente a ameaça nazifascista, o PCB se encontrava completamente desestruturado, graças as políticas repressivas do Estado Novo. Os grupos baiano e fluminense conseguem reunificar o Partido ao redor da imagem de Luis Carlos Prestes, que se consolida na direção do Partido. A teoria da revolução brasileira continua a se desenvolver, enquanto os comunistas buscam se posicionar no novo cenário político brasileiro, em seu interregno democrático. Inaugura-se um segundo período na história do Partido Comunista no Brasil, no qual se consolida a direção “prestista-stalinista”, na conceituação de Del Roio (DEL ROIO, 1990).

É neste período em que se dá a publicação das principais ideias comumente associadas aos comunistas brasileiros, agrupadas ao redor da ideia da revolução democrático-burguesa. Entre 1945 e 1966, intelectuais como Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães e Leôncio Basbaum - todos ligados ao PCB, apesar de terem diferentes níveis de concordância com a linha partidária – tiveram produção profícua. Ademais, é nestas duas décadas que o Partido realiza seus IV e V Congressos, e publica as declarações de 1950 e o Manifesto de 1958, elementos essenciais para a compreensão que se estabeleceu sobre suas ideias.

Após a derrota de 1964, a contribuição teórica do PCB foi eclipsada pelas novas correntes de pensamento marxista, naquilo que pode ser chamado de um terceiro momento para o materialismo brasileiro. O período é inaugurado pelo livro de Caio Prado Jr., *A Revolução Brasileira*, publicado em 1966. A hipótese de que a colonização europeia na América Latina foi capitalista desde o princípio, defendida inicialmente por André Gunder Frank, tem bastante divulgação. Como alternativa ao pensamento pecebista surge a teoria da dependência - cujo maiores expoentes apontam nos estudos de Vânia Bambirra, Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini – e também o chamado marxismo uspiano, representado por autores como Florestan Fernandes, Francisco Weffort, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso.

Desde os anos 1990 há um movimento de análise crítica das concepções pecebistas, em busca de uma maior compreensão de suas contribuições para a compreensão da realidade brasileira (MORAES, 2007; PERICÁS e SECCO, 2014; PERICÁS, 2019). Dentro deste movimento,

acredito que a questão do feudalismo ainda não foi suficientemente explorada. Como apontado anteriormente, a defesa de que a estrutura social brasileira era feudal é um dos principais pontos de ataque à teoria da revolução brasileira, e esta posição pode assustar um incauto leitor do século XXI.

Isto porque, neste debate, a teoria do Partido foi vencida por outros conceitos, sendo apenas referenciada como prova de que o PCB era um replicador das concepções soviéticas. Não é a proposta desta pesquisa defender a hipótese de que a formação social brasileira era feudal, mas sim compreender como e porque esta concepção se formou, buscando compreender as fontes e os raciocínios que a constituíram, e sua relação com a estrutura político-econômica do Brasil no século XX. Nesta pesquisa de mestrado tenho me focado no período que iniciou este debate, que vai da constituição do PCB até o levante de 1935. Neste período tem centralidade na discussão Astrojildo Pereira, Octavio Brandão, Mario Pedrosa, Lívio Xavier, Caio Prado Jr., Leôncio Basbaum e Luís Carlos Prestes.

O foco neste trabalho recaiu sobre o pensamento de Octavio Brandão. Defensor de uma “revolução democrática pequeno-burguesa”, que agruparia a pequena burguesia revolucionária - organizada no tenentismo - e os proletários, organizados no PCB, em uma aliança contra os senhores feudais brasileiros, Brandão se opunha ao modelo revolucionário defendido pela Internacional Comunista, e é possível afirmar que esse é o principal motivo que levou a sua destituição da direção do Partido.

3. A importância de Agrarismo e Industrialismo nos anos de formação do PCB (1922-1926)

O Partido Comunista do Brasil (PCB) foi fundado no ano de 1922, na esteira da Revolução Russa e do choque sísmico causado no sistema capitalista pela Primeira Guerra Mundial, que encontrou no Brasil uma sociedade já conflagrada por suas contradições. No âmbito urbano, o recente proletariado se organizava em bases anarquistas. A partir de uma divisão neste movimento entre aqueles que apoiavam a Revolução Russa e aqueles que a criticavam surge a facção comunista, que vem a fundar o Partido em 1922. Como afirma Pericás aquela foi uma década importante para o Brasil, pois nela “ocorreram a Semana de Arte Moderna em São Paulo, a fundação do PCB, os levantes tenentistas, a longa e épica marcha da Coluna Prestes e o ápice das atividades de Lampião e seus cangaceiros no sertão nordestinos” (PERICÁS, 2019, p. 14).

O jovem Octavio Brandão não esteve entre os fundadores do Partido, já que naquela época militava no movimento anarquista. Entretanto, por influência de Astrojildo Pereira, um dos fundadores do PCB, se convenceu da causa bolchevique e se juntou aos comunistas. Teve uma ascensão rápida no Partido, sendo eleito para sua direção, e participando da fundação do jornal *A Classe Operária*, como o próprio relata em suas memórias (BRANDÃO, 1978). Já no ano de 1923 inicia e finaliza a primeira tradução do Manifesto Comunista para o português brasileiro, publicado inicialmente em um periódico, e depois em forma de livro no ano seguinte (BATALHA, 1998).

Octavio Brandão, junto com Astrojildo Pereira e Paulo de Lacerda, compõe a primeira direção do PCB, responsável por guiar a política do partido na década de 1920 (DEL ROIO, 1990). O partido passa a enfrentar a ilegalidade já no ano de sua fundação, arrastado pela repressão ao levante do Forte de Copacabana. Durante toda a década de vinte tanto o Partido quanto seus militantes serão severamente perseguidos pela polícia do regime oligárquico, com seus arquivos sendo constantemente confiscados.

Entre 5 e 28 de julho de 1924 explode um novo levante tenentista na cidade de São Paulo, que opôs as forças do General Isidoro Lopes ao governo federal. O conflito resultou no bombardeio da cidade, em especial de seus bairros operários. Da derrota desta rebelião surge o movimento que eventualmente se tornaria a Coluna Prestes, e da tentativa de entender sua inserção na história do país - e o que ele significava para o futuro da revolução proletária - nasce a primeira tentativa de compreender a realidade brasileira a partir do pensamento marxista (PERICÁS, 2019, p.15). Ela se materializou no livro “*Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*” (BRANDÃO, 2006).

O esboço foi finalizado pelo autor, Octavio Brandão, em cerca de um mês (BRANDÃO, 1978, p. 285). Entretanto a publicação do livro só se concretizou passados dois anos, em 1926, em função da dura perseguição policial a que estavam submetidos os comunistas. Para que o livro pudesse ser editado foi necessário que o autor utilizasse um pseudônimo e falsificasse o local da publicação. Assim, o livro veio a público em nome de Fritz Meyer, um soldado mercenário alemão que teria lutado na revolta de São Paulo, e publicado suas ideias em Buenos Aires.

Ao fazer um balanço histórico de seu livro, em um artigo de autocrítica publicado na revista do Partido trinta anos depois de sua publicação, Brandão afirmou que suas principais referências teóricas para a redação do livro foram *O imperialismo, estágio superior do capitalismo* e *A doença infantil do esquerdismo no comunismo* – ambos de Lenin -; a *Circular do Comitê*

Central aos comunistas alemães de 1850, de Marx; *Revolução e Contrarrevolução na Alemanha em 1848*, de Engels, e a revista *La correspondance Internationale*, editada em Paris pelo Comitê Executivo da III Internacional (BRANDÃO, 1957, p. 195).

Del Roio afirma que é possível notar a influência de O Estado e a Revolução, também de Lenin (DEL ROIO, 2004, p. 120). Essas influências parecem confirmar as análises tanto do próprio Brandão como de Ricupero a respeito do peso de Lenin – em detrimento de Marx e Engels - na formação do pensamento pecebista (RICUPERO, 2000, p. 94). De toda forma é provavelmente a primeira vez que as ideias do revolucionário russo inspiraram uma interpretação do Brasil (CUNHA, 1998).

Brandão interpretava o levante de 1924 como a segunda revolta tenentista. Estas revoltas se dariam em um cenário maior de disputa entre pequena burguesia urbana e os agrários feudais. Esta disputa, por sua vez, seria encenada em um palco mundial, o da batalha internacional entre a burguesia imperialista e proletariado, auxiliado pelos povos coloniais. Dentro da própria burguesia internacional havia também o conflito interimperialista, especialmente entre as burguesias britânicas e norte-americanas.

O Brasil é classificado como um país colonial, ou semicolonial, sob o domínio político e econômico da Inglaterra desde sua independência formal de Portugal. A Primeira Guerra Mundial trouxe o enfraquecimento da hegemonia britânica, o que permitiu que os EUA passassem a disputar o domínio sobre a América Latina (BRANDÃO, 2006, p. 93). A feudalidade – ou semifeudalidade - brasileira fica a cargo do domínio dos latifundiários sobre a economia e a política nacional. Esta classe alia-se ao imperialismo britânico, e em especial à sua burguesia financeira, para assegurar sua dominação sobre todas as classes brasileiras.

As lutas tenentistas são interpretadas como lutas pequeno-burguesas em prol da democratização do Brasil, para que estas classes pudessem exercer a influência que consideram adequada. O papel do proletariado, continua Brandão, é apoiar os revoltosos, para que seja possível vencer seu inimigo em comum, os senhores feudais brasileiros. Essa vitória sobre o agrarismo permitiria que o industrialismo predominasse no Brasil, levando a um maior desenvolvimento da classe trabalhadora e também da débil burguesia industrial. À esta classe são feitas constantes ressalvas em função de sua ligação com o imperialismo norte-americano, apesar de ela ser listada como uma aliada nos movimentos iniciais da revolução. Com a consolidação da vitória sobre o agrarismo, iniciar-se-ia uma nova etapa de lutas, em que a burguesia industrial se oporia ao proletariado, tendo já cumprido seu papel revolucionário de derrota do feudalismo.

Neste momento, o proletariado deveria continuar sua aliança com a pequena-burguesia revolucionária, buscando sempre a hegemonia deste movimento, para que pudesse consolidar a vitória sobre a burguesia e a vitória final do industrialismo, que resultaria no socialismo.

Em *Agrarismo e Industrialismo* o Brasil é classificado como um país feudal e colonial, com variações nestes conceitos, as vezes sendo utilizada a denominação de semifeudal e semicolonial. Estas variações são interpretadas pela literatura como uma imprecisão do autor, oriunda da falta de conhecimento das categorias marxistas (DEL ROIO, 2004, p. 123). Entretanto, como afirma Bianchi, “tais oscilações podem (...) ser decorrentes da complexidade do objeto de análise e uma tentativa de registrá-la de forma mais adequada” (BIANCHI, 2012, p. 138).

Seguindo nesta linha, é possível questionar se estas variações expressam o reconhecimento do autor de que os conceitos de feudalismo e colonialismo não se aplicam exatamente a realidade brasileira, pelo menos não em suas formas originais. Um reconhecimento de que se encontram traços do feudalismo e do colonialismo no Brasil, mas não no sentido tradicional, como por exemplo aquele utilizado pelo marxismo da III Internacional para descrever o continente asiático.

A principal oposição do Brasil é entre agrarismo e industrialismo. Estes fenômenos ora aparecem como sinônimos do feudalismo e do capitalismo, respectivamente, ora acompanhados destes termos. Também são identificados com o par conceitual atraso e modernidade. Brandão, proponente da vitória do industrialismo e da “grande indústria centralizada” como base da sociedade comunista (BRANDÃO, 2006, p. 160), via no agrarismo e no feudalismo brasileiro os entraves para o desenvolvimento do país

O dualismo presente nesta afirmação da oposição entre atraso e modernidade foi duramente criticado pela teoria da dependência a partir dos anos 1960, defendendo a hipótese de que atraso e modernidade dependiam um do outro para manter o sistema de dominação (MARINI, 1969). Entretanto, é importante lembrar a grande distância que separava o Brasil dos anos 1920 daquele da teoria da dependência. Como afirma Brandão, na década de 1920 havia apenas três cidades com um desenvolvimento industrial digno de referência naquela década: São Paulo, Rio de Janeiro e Juiz de Fora. Continua o autor afirmando que havia apenas 14 mil metalúrgicos no país, que contava com uma população de 32 milhões de pessoas (BRANDÃO, 2006, p. 65). O Brasil era dominado pelo latifúndio e pelo analfabetismo. Se houve poucas mudanças quanto ao campo, no cenário urbano ocorre uma grande industrialização a partir dos anos 1930.

Cunha afirma que a definição do feudalismo brasileiro em Brandão é a combinação do domínio agrário da economia com o domínio agrário da política (CUNHA, 1998, p. 57). As peculiaridades brasileiras advêm da herança escravocrata, responsável pela constituição de nossa estrutura fundiária e pela formação do servo brasileiro, herdeiro do escravo. O latifúndio encontra-se difundido por toda as regiões brasileiras, desde as plantações de café em São Paulo até as plantações de cacau na Bahia, e de cana de açúcar em Pernambuco.

Uma segunda peculiaridade é a ligação do feudalismo com a oligarquia financeira e o imperialismo. Octavio Brandão se esforça para demonstrar a ligação entre estas duas classes através da exposição de nomes das classes dominantes que estavam presentes em ambos os setores, buscando comprovar a ligação umbilical entre o agrarismo brasileiro, a oligarquia financeira e o imperialismo britânico, que financia os feudais brasileiros para manter o país sob sua dominação.

A utilização de estruturas feudais para a produção de gêneros alimentícios para a exportação não é sem paralelo na história da Europa. A partir do século XVI, regiões periféricas da Europa, como Nápoles, a Hungria e os Balcãs, tiveram suas estruturas feudais transformadas pela penetração do capital mercantil. A produção passou a se voltar para os nascentes centros urbanos europeus, em pleno processo de transição para o capitalismo. Para assegurar a disponibilidade de mão de obra, os institutos feudais de servidão foram reforçados. Este fenômeno é denominado “regressão feudal” (SILVA, 2007) e demonstra a variedade de formas com que o feudalismo interagiu com o nascente capitalismo.

O feudalismo brasileiro apresenta, segundo Brandão, certa semelhança com a Idade Média europeia. Há em especial uma seção de seu livro dedicada à “medievalite nacional” (BRANDÃO, 2006, p. 48) da sociedade brasileira, em que o autor associa o panorama ideológico das duas sociedades, em especial a predominância do catolicismo como ideologia da classe dominante e instrumento do controle da população.

A combinação entre as estruturas brasileiras arcaicas de dominação - como o Estado agrário, o domínio privado dos senhores e o catolicismo - com estruturas modernas oriundas do capital financeiro britânico aproxima a feudalidade brasileira da asiática, descrita por M. N. Roy. Em seu discurso a respeito da questão oriental no IV Congresso da IC (ROY, 1922), por exemplo, o comunista indiano apontava a tendência de conversão das estruturas tradicionais de dominação em ferramentas do imperialismo.

São classificados como feudais países tão distantes – geográfica e estruturalmente - quanto a Espanha (BRANDÃO, 2006, p. 33) e o Afeganistão (BRANDÃO, 2006, p. 167). Diversos países do continente asiático são incluídos nesta categoria, como a China, a Indochina, a Indonésia, e o Japão. Também países do norte da África, como o Egito e o Marrocos. Quando os países são classificados como feudais, aponta-se para o predomínio de uma estrutura agrária latifundiária e para uma estrutura estatal erigida em nome dos proprietários de terra, em uma classificação semelhante àquela feita pelo Brasil, e que insere todos estes países em uma mesma etapa da luta revolucionária.

Se aqui há uma confluência com o posicionamento da III Internacional – ao generalizar a classificação de feudalismo para a Ásia e a América -, não se pode afirmar o mesmo quanto às táticas a serem seguidas nestes países. Afinal, como foi afirmado anteriormente, Brandão propunha uma tática única para o Brasil, pensada a partir das especificidades estruturais e conjunturais da realidade brasileira, apesar de sua inserção em um cenário global de lutas.

Assim, a revolução democrático pequeno-burguesa diferia da revolução democrático-burguesa defendida pela III Internacional não só quanto a política de alianças, mas também quanto aos objetivos. A proposta de Brandão buscava que proletariado apoiasse a pequena-burguesia revolucionária e tomasse a vanguarda de uma frente única, que realizaria a revolução para garantir maior liberdade de organização e expressão para a classe trabalhadora - aspecto democrático - além de derrotar os agrários e impulsionar industrialismo. A derrota do feudalismo - entendido tanto em seu aspecto político, de domínio dos agrários sobre o estado, quanto econômico – é mobilizada como motivo da aliança com pequena burguesia.

Esta tese é melhor apresentada no artigo “*O proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa*”, de 1928 (BRANDÃO, 1928), redigido por Octavio Brandão em preparação para o III Congresso do PCB. O comunista alagoano afirma que, dada a conjuntura da época, a maior chance de uma revolução proletária ocorrer no Brasil seria através de uma revolução democrática pequeno-burguesa. Esta, por sua vez, poderia surgir da terceira revolta tenentista. O autor considera o levante do Forte de Copacabana de 1922 e o de São Paulo de 1924 como a primeira e segunda revoltas, respectivamente.

Em função disso, era necessário que o proletariado buscasse alianças com outras classes. Estas alianças mudariam de acordo com o avanço da luta revolucionária, pois as classes dominantes progressivamente abandonariam a revolução, conforme percebessem que seus interesses não seriam mais atendidos por ela. Assim, para derrubar aquilo que chama de czarismo brasileiro -

o Estado agrário e os grandes fazendeiros de café - seria necessário criar uma frente entre a pequena burguesia, a grande burguesia liberal e o proletariado e o campesinato. Depois disso, para derrubar o imperialismo e os restos feudais, seria necessário aliar o proletariado, os camponeses e os revoltosos pequeno burgueses.

Por fim, para conquistar o poder, a aliança deveria ser entre os proletariados e a “fração realmente revolucionária da pequena burguesia”. As alianças devem ser feitas sempre se atentando para a necessidade de manter a independência das classes, em especial do proletariado, para que não haja confusão entre as classes. Nesse sentido faz críticas tanto ao que chama de reboquismo, ou menchevismo, apontado como defensor de que o proletariado se submeta a burguesia, quanto ao sectarismo, ou anarquismo, a tendência que se opõe totalmente às alianças.

Citando sua própria tradução do Manifesto Comunista, Brandão defende que a política de aliança a pequena burguesia seria uma aplicação da estratégia de Marx e Engels quanto a revolução burguesa alemã, adaptada para a realidade brasileira. Assim como os fundadores do marxismo defendiam a aliança com a grande burguesia, contra os proprietários rurais feudais, defendia que no Brasil o proletariado deveria se aliar com a pequena burguesia na luta contra os proprietários rurais e os imperialistas. Parafraseando a afirmação de Bukharin a respeito da revolução chinesa, afirma que:

“A revolução democrático pequeno-burguesa do Brasil poderá ser uma revolução de libertação nacional, fazendo desaparecer o feudalismo e os restos da escravidão, extinguindo a dependência econômica e política, atacando a sujeição imperialistas e colocando o país em pé de igualdade com as potências burguesas. Efetuar-se-á num país semicolonial, lutando ao mesmo tempo contra o feudalismo e o imperialismo coligados, realizando o nosso 1799, em uma revolução lembrando a chinesa antes da traição de 1927. Será tanto mais antiimperialista quanto melhor soubermos conquistar os revoltosos. Será na primeira etapa uma revolução pequeno-burguesa em que o proletariado irá transformando-se na verdadeira força motora.” (BRANDÃO, 1928, p. 130)

A estratégia seria, portanto, formar alianças para transformar a revolução democrática pequeno-burguesa em uma revolução proletária, no que Brandão se aproxima de uma estratégia de revolução permanente, como aponta Bianchi (BIANCHI, 2012, p. 139). Brandão via a “terceira” revolta como iminente, e afirmava que ela colocaria uma escolha perante os comunistas: caso eles não se propusessem a construí-la e dirigi-la, as massas e os revoltosos seriam hegemonizados pela burguesia industrial, o que limitaria seu potencial transformador.

Com o engajamento comunista, seria possível colocar esta revolução democrática em um plano-inclinado em direção a revolução proletária (BRANDÃO, 1928, p. 131).

Esta sua proposta teórico-política deve ser entendida a luz da realidade concreta dos movimentos revolucionários nacionais. Enquanto na Rússia czarista o movimento camponês avançava rapidamente, realizando seu antigo objetivo da “partilha negra”, enraizado em milenares tradições (REIS, 2017, p. 169), no Brasil os levantes tenentistas é que tomavam a proeminência, com enfrentamentos considerados por Brandão como cada vez mais radicais contra o feudalismo brasileiro. Desse ponto de vista é lógica a opção dos bolcheviques pela aliança com o campesinato, assim como também seria lógica a proposta de aliança entre os comunistas e a pequena-burguesia urbana.

A ausência de propostas para a agitação camponesa e de programas políticos voltados para o rural devem ser entendidas a partir do próprio movimento comunista da década de 1920, que em seus primeiros passos buscava se construir a partir do movimento operário urbano, mal conseguindo se estabilizar nestes setores, duramente reprimido pelo regime oligárquico, e sem capacidade para buscar abranger um setor maior da população.

É inegável o papel pioneiro que a reflexão de Brandão tem no pensamento marxista brasileiro. O grande destaque que Brandão atribui aos latifundiários brasileiros como principais opositores do desenvolvimento do país, e da necessidade de desarticulá-los, marcou todo o pensamento marxista brasileiro. Como afirma Del Roio:

“Foi Octavio Brandão o primeiro a perceber que uma mudança profunda nas relações sociais e de poder no país deveria agregar o campesinato como força social revolucionária. O tema da luta pela transformação das relações de propriedade no campo e da luta contra o imperialismo marcou toda a reflexão posterior do marxismo e dos comunistas brasileiros.” (DEL ROIO, 2004, p. 18)

4. Encerramento: caminhos à trilhar

A proposta da existência de um feudalismo brasileiro, desenvolvida sob a ótica marxista pela primeira vez por Octavio Brandão, preparou o terreno para as discussões posteriores, fornecendo teses para que autores como Caio Prado Jr. e Ignacio Rangel discordassem e formulassem suas alternativas, ou para que Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães pudessem aprofundar. É a primeira tentativa de “exorcizar os fantasmas” da questão da agricultura brasileira e sua relação com o processo global de desenvolvimento (DORIA, 2007,

p. 284). Sua importância justifica um estudo mais aprofundado de suas origens e seus desenvolvimentos posteriores.

Esta classificação já estava presente na própria literatura brasileira. Em seu ensaio a respeito da questão feudal na história do marxismo no Brasil, Doria vê nessa discussão um sintoma da falta de uma visão integrada do Brasil, sempre dividido em dois polos opostos, como arcaico e moderno, feudal e capitalista, sertão e litoral. Afirma que essa visão fragmentada advém das contradições inter-regionais dentro das classes dominantes, que projetam sua sombra sob a cultura nacional e determinam esta maneira específica de compreensão da nação (DORIA, 2007, p. 252).

Assim, ao construir sua interpretação do país a partir do conceito de feudalismo, o pensamento marxista teria executado um movimento de revalidação da historiografia nacional, bebendo de fontes clássicas - como Varnhagen, Capistrano de Abreu e Antonil - e contemporâneas, como Oliveira Viana e Nestor Duarte, retornando ao dualismo pré-estabelecido. Varnhagen e Capistrano de Abreu viram o feudalismo no Brasil a partir das formas de concessão da terra e no governo privado que os senhores exerciam sobre suas propriedades, sem interferência estatal. Focavam-se, portanto, na esfera jurídico-política (HIRANO, 1988, p. 33). Os senhores de terra teriam sido socializados nas instituições feudo-estamentais, trazendo-as para o Brasil durante o processo de colonização. Entre os exemplos citados por Hirano, encontram-se os institutos de vassalagem e de guerra justa.

Em Octavio Brandão é possível perceber uma ênfase maior nos aspectos econômicos e políticos na sua concepção de feudalismo, enfatizando o papel dos latifúndios na estrutura econômica do país, e os domínios privado - dos latifundiários sobre seus trabalhadores, por vezes denominados de servos - e público - dos latifundiários quanto a estrutura estatal – exercido por esta classe. Como aponta Doria a respeito do pensamento marxista, a feudalidade brasileira deixa de ser um mero recurso descritivo, e passa a inserir o país em um espectro mais amplo de desenvolvimento dos povos, evidenciando a etapa da luta revolucionária que deveria ser desenvolvida, e qual era sua perspectiva de futuro (DORIA, 2007, p. 261).

Dentro da literatura brasileira, Lacerda destaca a importância de Euclides da Cunha na formação intelectual de Octavio Brandão (LACERDA, 2019, p. 128-132). Em uma breve pesquisa a respeito de Euclides, foi possível encontrar apenas uma menção em sua obra póstuma *À Margem da História* a respeito do feudalismo “acalcanhado e bronco” que caracterizaria o regime de trabalho assombroso que o autor teria encontrado nos seringais da Amazônia

(CUNHA, 2019). Doria afirma que o autor via o sistema de dominação do sertão como uma espécie de “feudalismo degradado” (DORIA, 2007, p. 259).

De toda forma, a influência de Euclides da Cunha, um autor crítico da realidade brasileira e com simpatias socialistas, e a reapropriação da tese do feudalismo realizadas por Brandão remetem a célebre frase de Hobsbawn, que afirma que “todo partido comunista foi o filho do casamento, realizado tanto por amor quanto por conveniência – de dois parceiros mal ajustados: uma esquerda nacional e a Revolução de Outubro” (HOBSBAWN, 1985, p. 15).

Com isso não quero propor que historiadores tradicionais ou notórios conservadores sejam representantes de uma “esquerda nacional”, mas sim que pode ter ocorrido uma síntese entre as interpretações que a sociedade brasileira havia produzido a respeito de si mesma e do pensamento marxista organizado no Comintern, que teria resultado na teoria da feudalidade brasileira dentro do pensamento marxista. Ao contrário do que fazem supor aqueles que defendem que esta tese foi simplesmente importada da III Internacional, haveria certo enraizamento desta no Brasil através da historiografia clássica. Os autores marxistas teriam atribuído a ele novos significados, variando de acordo com suas trajetórias intelectuais.

Por isso é necessária uma avaliação crítica da apropriação do conceito de feudalismo no pensamento marxista brasileiro. Para dar início a esta tarefa, analisei o conteúdo da feudalidade brasileira no pensamento de Octavio Brandão na década de 1920. Há ainda uma ampla gama de autores e textos a serem analisados. Para completar o retrato do debate a respeito da questão feudal nas décadas de 1920 e 1930, será necessário analisar obras de Mario Pedrosa, Lívio Xavier, Caio Prado Jr., Leôncio Basbaum e Luís Carlos Prestes.

5. Bibliografia

- BATALHA, Claudio. “*Recepção do manifesto comunista no Brasil*”. in: *Crítica Marxista*, n. 06, Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- BIANCHI, Alvaro. “*Octavio Brandão e o confisco da memória: nota a margem da história do comunismo brasileiro*”. in: *Crítica Marxista*, n. 34, Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- BRANDÃO, Octavio. *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924*. 2.ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.
- _____. *Combates e batalhas: memórias*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- _____. O proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa - 1928. In: Z Aidan Filho, Michel. *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985, p. 121-132.
- _____. Uma etapa da história de lutas - 1957. In: BRANDÃO, Octavio. *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924*. 2.ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006, p.189-196.
- BUONICORE, Augusto. *Agrarismo e Industrialismo, o primeiro encontro do marxismo com o Brasil*. Fundação Grabois, 2012. Disponível em: <<http://www.grabois.org.br/cdm/artigos/141021/2012-03-23/agrarismo-e-industrialismo-o-primeiro-encontro-do-marxismo-com-o-brasil>>. Acesso em: 05.06.2020
- CARONE, Edgard. *O P.C.B. :1920 a 1943*, vol. 1. São Paulo: Difel, 1982.
- CLAUDIN, Fernando. *A Crise do Movimento Comunista*, vol. 1. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.
- CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. 15.ed. São Paulo: UNESP, 2019.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. “*Agrarismo e Industrialismo: pioneirismo de uma reflexão*”, in: *Novos Rumos*, n. 26, São Paulo, 1998.
- DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- _____. “*Octávio Brandão nas origens do marxismo no Brasil*”, in: *Crítica Marxista*, n. 18, Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- DÓRIA, Carlos Alberto. O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução brasileira. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do Marxismo no Brasil*, vol. 3. 2.ed. Campinas: Unicamp, 2007, p. 245-298.
- HIRANO, Sedi. *Pré-Capitalismo e Capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- HOBBSBAWM, E. J. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- KONDER, Leandro. *A Derrota da Dialética*. Rio de Janeiro: Campus, 1982.
- LACERDA, Felipe de Castilho. *Octávio Brandão e as matrizes intelectuais do marxismo no Brasil*. Cotia: Ateliê Editorial, 2019.
- MANTEGA, Guido. Marxismo na economia brasileira. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil*, v. 2. Campinas: Unicamp, 2007, p. 103-125.

- MARINI, Ruy Mauro. O caráter da revolução brasileira - 1969. In: PERICÁS, Luís (org.). *Caminhos da revolução brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 273-292
- MORAES, João Quartim de (org.). *História do Marxismo no Brasil*, vol. 3. 2.ed. Campinas: Unicamp, 2007.
- _____. Prefácio. In: BRANDÃO, Octavio. *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924*. 2.ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.
- PERICÁS, Luís (org.). *Caminhos da revolução brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- PERICÁS, Luís e SECCO, Lincoln (orgs.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- PEDROSA, Mario e XAVIER, Lívio. Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil - 1931 In: PERICÁS, Luís (org.). *Caminhos da revolução brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 115-124.
- PEREIRA, Astrojildo. Saída para a solução brasileira – 1948. In: PERICÁS, Luís (org.). *Caminhos da revolução brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 137-138.
- PRADO JR., Caio. *A Revolução Brasileira -1966*. São Paulo: Brasiliense, 1987
- PRESTES, Luis Carlos. Manifesto de Maio - 1930. In: PERICÁS, Luís (org.). *Caminhos da revolução brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 111-114.
- RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- SILVA, Ângelo José da. “*Agrarismo e industrialismo: uma primeira tentativa marxista de interpretação do Brasil*”, in: Revista de Sociologia Política, n. 8. Paraná: DCS-UFPR, 1997.
- SILVA, Lígia Osório da. Feudalismo, capital mercantil, colonização. In: MORAES, João Quartim de e DEL ROIO, Marcos (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*, vol. 4. Campinas: Unicamp, 2000, p. 11-72.
- ZAIDAN FILHO, Michel. *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.